

35º Encontro Anual da ANPOCS

Grupo de Trabalho: **18**

Marxismo e Ciências Sociais

Título:

Marxismo e indigenismo na Bolívia contemporânea: debate histórico e socialismo comunitário

Jórisa Danilla N. Aguiar¹. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Deise L. Lucena Silva². Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

¹ Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e integrante do grupo de pesquisa Práxis - Os governos pós-neoliberais na América Latina (1999-2009): uma análise comparativa. As relações entre Estado, poder político, movimentos sociais, políticas públicas e ilusão desenvolvimentista, cadastrado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e no CNPQ.

² Idem.

Introdução

O período em que vivemos na América Latina, depois da emergência de governos que poderíamos definir como nacionalistas – se relacionados ao neoliberalismo, nos permite pensar criticamente acerca desses processos, tido costumeiramente como revolucionários por pessoas que se consideram na esquerda política. Procurando reaver um debate histórico entre marxismo e indoamericanismo, é fundamental repensar as premissas teóricas dos peruanos José Carlos Mariátegui e Raúl Haya de La Torre. O último realiza uma crítica ao marxismo eurocêntrico e defende uma visão essencialista latino-americana, reinterpretando o marxismo com o objetivo de superá-lo. Além da projeção mundial e em toda a América Latina na época – e a grande relevância teórica e política para o socialismo mundial – é uma discussão atual quando volta à tona nos últimos anos uma corrente indigenista no subcontinente também em âmbito governamental, especialmente na Bolívia com Evo Morales – que busca transcender a corrente marxista a partir da incorporação subordinada de alguns de seus elementos.

Neste trabalho contextualizaremos o debate entre Mariátegui e Haya de la Torre a partir das referências das versões eurocêntricas do marxismo da II Internacional e da III Internacional que inspiraram a disseminação das idéias marxistas no subcontinente. Mariátegui nos permite pensar uma relação não eurocêntrica entre marxismo e indigenismo, assim como e a necessidade de incorporar o índio e o camponês à luta classista. Inseridos na discussão mais recente, trataremos um balanço do primeiro governo de Morales, analisando desde o conflito político até a hegemonia “evista”, criticando a ilusão desenvolvimentista e os impasses do processo que acaba por entender-se plurinacional, porém, burguês.

O objetivo do *paper* é incitar o debate utilizando-se não só da perspectiva do vice-presidente Álvaro García Linera e seus controversos conceitos que problematizam o modelo nacional-produtivo boliviano, mas também de Félix Patzi, sua proposta comunal e as idéias de pensamento índio de Fausto Reynaga, analisando criticamente tanto as visões marxistas eurocêntricas, socialdemocratas e stalinistas, como o “socialismo comunitário” proposto na Bolívia contemporânea. Entendemos que o resgate do marxismo é fundamental para criticar os processos que descaracterizam a luta de classe e

a própria palavra revolução, tido que o capitalismo não permite reformas, por ser um sistema extremamente contraditório e explorador.

O marxismo político latinoamericano

A história do subdesenvolvimento da América Latina faz parte da história do desenvolvimento do capitalismo mundial, conforme já explanado por Galeano em seu mais difundido ensaio, “As veias abertas da América Latina” (1982). Fazendo uma breve periodização histórica geral do capitalismo, entendemos que nem sempre este foi o sistema que dominava a sociedade. Seu surgimento deu-se a partir do momento em que se superou a acumulação primitiva, característica da pré-história do capitalismo e das sociedades de subsistência. Isto se deu com o impulso da revolução industrial, quando se fez a primeira condição necessária para o capitalismo: a existência de trabalhadores livres, prontos para serem explorados, na subsunção real do trabalho ao capital explanada por Marx. Passado este estágio inicial, no final do século XIX, depois de surgida uma nova necessidade – a revolução constante do processo de produção, há o desenvolvimento de monopólios e a transformação do capitalismo em imperialismo, forma que predomina até os dias atuais e que confirma a premissa de que o capitalismo só pode existir se expandindo. Neste processo de expansão capitalista, a América Latina teve uma função fundamental, sua constante e contínua exploração em todos os aspectos, enriqueceu o capital estrangeiro que nos tornou dependentes até os dias de hoje. Depois do fim da etapa clássica do capitalismo, terminada a segunda guerra, há uma modificação do papel dos bancos e o desenvolvimento do capital financeiro. Nesta fase superior do capitalismo, de acordo com Lênin, a exportação dos capitais torna-se um fenômeno predominante. A necessidade das guerras como conflitos inter-imperialistas demonstram que além de uma partilha territorial, os grandes monopólios realizam ainda uma partilha econômica de mundo. Já sob o segundo período, pós-segunda guerra, continua-se com a corrida armamentista, impulsionada pela guerra fria. O medo da ameaça soviética faz com que se ampliem as alianças entre os impérios e os partidos burgueses, caracterizando a eterna união entre capital e Estado. Esta é a fase cosmopolita, dos anos dourados e sem maiores sobressaltos cíclicos, onde o Estado torna-se interventor e difunde-se a idéia de

Estado do Bem-Estar Social. Vive-se, também, o embate entre sistema capitalista e sistema socialista.

No subcontinente latino-americano, também se tentou combater as incipientes insurreições e a evolução de alguma perspectiva teórica que fosse de encontro ao que impunha o sistema. Principalmente depois do triunfo da revolução russa, questões políticas como organização, aliança de classe e o interesse por problemas sociais por parte dos intelectuais da época, fizeram com que se falasse na aplicação do pensamento marxista na América Latina, que, de acordo com Löwy, foi difundido inicialmente por volta do século XIX inspirados pela II Internacional. Contudo, ressalta que “as primeiras tentativas significativas de analisar a realidade latino-americana em termos marxistas e de estabelecer as bases para uma orientação política revolucionária vieram com o surgimento da corrente comunista” uma corrente ainda tímida, que inspirou partidos e teve suas resoluções iniciais pautadas na III Internacional (Cf.: LÖWY, 1999, p. 14). O nosso “atraso colonial” debatido também durante a III Internacional, deu respaldo ao sentimento antiimperialista que caracterizou a luta nesta subregião em alguns períodos. Ainda nas palavras do autor, de acordo com o caráter das revoluções, é possível fazer uma periodização que nos oferece três etapas do marxismo na América Latina. Em sua primeira fase, de um marxismo mais aberto, a revolução assume um caráter socialista, democrática e antiimperialista, compreendendo os anos 20 e 30, o debate entre Mariátegui e Haya de la Torre no Peru e a insurreição salvadorenha com Farabundo Martí. Mariátegui trazia ao debate um marxismo latino-americano concreto dialético, que romperia com o sistema capitalista pela revolução socialista através da luta de classe, com o índio entendido como parte da frente única de classe. Já sob a segunda época, pós década de 30, observou a mais difícil etapa elencada por Löwy pela influência do stalinismo e a estratégia etapista de revolução. Incipientes revoluções nacionais democráticas foram ensaiadas neste período, a exemplo do Brasil com Luis Carlos Prestes e a rebelião vermelha de 35. Este período se finda com o retorno do marxismo mais aberto, inspirado pela triunfante revolução cubana de 1959. Correntes radicais na fase “pós-revolução cubana” espelham-se em Fidel Castro e Che Guevara, trazem à natureza da revolução a luta armada e o caráter socialista da revolução frente ao marxismo dos partidos comunistas de inspiração na URSS.

Num plano recente, na fase do imperialismo neoliberal (ou capitalismo contemporâneo) com a financeirização e reestruturação produtiva, ganham destaque outras correntes teóricas que trazem a luta localista para opor-se ao “capitalismo”, dividindo e fragmentando muitas vezes a classe operária compreendida em um sentido abrangente. Ganham destaque as frações de classe e as alianças entre classes, problemas característicos do maior desafio para a incorporação do marxismo à realidade latino-americana, o excepcionalismo indo-americano e eurocentrismo. O excepcionalismo indo-americano trás consigo o problema do pensamento de Haya de la Torre, que subordina e nega o marxismo, propondo a sua superação a partir de Hegel e dos últimos escritos de Lênin. Já o eurocentrismo, aponta a “transplante” dos modelos de desenvolvimento sócio econômico da Europa para a América Latina. A influência do stalinismo, e a disseminação da idéia de que seria preciso passar por uma etapa de desenvolvimento capitalista, da revolução de uma burguesia local para poder se chegar à possibilidade de revolução socialista, acabam por frear processos em nome do progresso histórico e exaltam líderes personalistas que prometem revoluções imediatas, como se pode ver no nosso objeto de estudo, o governo de Evo Morales na Bolívia. Retomar o debate peruano com projeção latino-americana e mundial frente à realidade contemporânea é fundamental para entender como as categorias do marxismo está aplicada a luta e a busca pela mudança de organização de sociedade, atualmente sob a ótica capitalista.

Mariátegui e Haya de la Torre: as ambivalências entre marxismo e indoamericanismo

Não é de hoje que na América Latina, muito se diverge sobre a incorporação do marxismo como perspectiva teórica para se fazer avançar a revolução no subcontinente. Marca-se o debate ocorrido no Peru entre José Carlos Mariátegui e Raúl Haya de La Torre, em meados da década de 30 como o início de um embate que teve reflexões teórico-políticas no socialismo mundial. Haya de la Torre e Mariátegui, divergiam principalmente a respeito da idéia de incorporação do marxismo e da defesa do essencialismo latinoamericano, mola propulsora do indoamericanismo. Enquanto o primeiro realiza uma crítica ao marxismo eurocêntrico, procurando recuperar a partir da dialética hegeliana e de elementos do último Lênin, uma proposta de superação do

marxismo, tido por ele como uma perspectiva que só funcionaria na Europa, Mariátegui apresenta uma produção ideológica socialista aplicada às massas indígenas.

Porém, nem sempre os dois pensadores peruanos divergiram. A questão da consciência e solidariedade de classe, capaz de unificar a luta, foi decisiva para o legado de Mariátegui. Já Haya de la Torre foi se afastando da crítica à sociedade burguesa, tornando o seu empreendimento que era antiimperialista, em mais uma massa de manobra para o deleite do império. A grande relevância de se estudar esses processos e trazê-los para o debate contemporâneo é que nos permite diferenciar uma proposta anti-imperialista de uma proposta socialista, que não são sinônimos. Podemos apresentar na forma de hipóteses, porque quando as lutas antiimperialistas ou anticolonialistas não avançam ao socialismo acabam se aliando ao imperialismo. O caso do Egito é um exemplo, o último sandinismo na Nicarágua pode ser outro. O antiimperialismo alia os setores subordinados com alguma fração burguesa. O respeito mútuo em meados da década de 20, demonstrado em vários ensaios onde um faz referência ao outro (inclusive em muitas parte dos “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana”), está relacionado a coincidência entre as proposições antiimperialistas que constavam no programa da APRA³ e constituíam uma base de ação comum com a política de frente única proposta por Mariátegui à época. Haya de la Torre começa a demonstrar sérias divergências teóricas não só com Mariátegui, mas com toda corrente comunista, depois de participar como representante da América Latina do I Congresso Mundial Antiimperialista, em 1927 em Bruxelas. Já durante o congresso, Haya de la Torre vetou a principal resolução formulada no evento, que estava de acordo com sua APRA, fato decisivo que, de acordo com o próprio Haya “definiu [...] a linha teórica aprista e situou bem nossas diferenças com o comunismo” (Cf.: FALCÓN, *apud* Escorsim, 2006, p. 251) e dá início também a luta pela hegemonia no movimento antiimperialista no subcontinente (FERREIRA, 1971). Mariátegui acredita que é preciso e necessário fazer um trabalho conjunto com a APRA, em sua frente única. Contudo, em 1927, Mariátegui e Haya de la Torre já não coincidiam quando se colocava o projeto de criação de um partido, preocupação que ainda não tomava o autor de *Siete ensaios*, mas que o fundador da APRA enxergava como próxima, a mudança de movimento para partido, um bloco

³ Concordando com Escorsim (2006), nos referiremos a APRA (Aliança Revolucionária Popular Americana) como partido e a APRA como movimento, lembrando que foi criado inicialmente como um movimento de frente única.

caracteristicamente policlassista, sob a direção de uma pequena burguesia articulada com uma fração da classe operária e camponesa e distante da Internacional Comunista. Quanto a esse aspecto, Mariátegui foi claro e demarcou o rompimento com Haya e, claro, com o APRA, como partido:

“[...] Somos antiimperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque opomos o socialismo ao capitalismo como sistema antagônico chamado a sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos com nossos deveres de solidariedade com as massas revolucionárias da Europa.”
MARIÁTEGUI (*apud* ESCORSIM, 2006, p. 253)

A clareza de Mariátegui permite que este antecipe os riscos e as falácias do APRA e de seu líder, Haya de la Torre, que pela distância adquirida do proletário, do camponês índio, só poderia terminar em mais uma manobra representativa-burguesa. A frente única proposta por Mariátegui, estava, no projeto aprista contaminada por uma frente única que representava setores. Na visão de Haya, o partido aprista representa uma aliança popular, apesar de tratar com setores médios, e daí as divergências com Mariátegui não cessam. O último, que previu a operação pequeno burguesa de transição de movimento a partido (vemos aqui uma clara semelhança contemporânea com o MAS), e em contrapartida, mas sem atacá-lo verbalmente, lança em débil estado de saúde, o Partido Socialista do Peru. Para Mariátegui, não bastava declarar-se antiimperialista. Era preciso organizar político e teoricamente operários e camponeses contra a burguesia estrangeira e local, uma incorporação de marxismo à realidade latinoamericana, sem subordiná-lo ao essencialismo indígena, apesar de encontrar no índio o aliado camponês na luta contra-hegemônica. Assim, Mariátegui diferencia o projeto socialista de um projeto antiimperialista.

Haya de la Torre junto com o aprismo desenvolveu contradições que negavam até mesmo suas promessas. A mudança no pensamento de Haya em relação a sua postura perante o império estadunidense vai se tornando cada vez mais falha quando este reduz o imperialismo a um fenômeno econômico, separado do plano político, segundo Oliveiros Ferreira (1971). O seu reducionismo fez com que houvesse uma lacuna nos seus escritos e em sua ação política em relação aos sujeitos e ao método de realizar este embate antiimperialista. Apesar disso, Haya é tido erroneamente como um ícone do pensamento

marxista e anti-burguês no subcontinente, de acordo com uma recente publicação de Wallerstein (2011) que afirma que “o APRA tinha de original, e diferente da maior parte dos movimentos de esquerda nas Américas, era a sua compreensão de que a maioria do campesinato do Peru era composta de povos indígenas” e que continha uma base popular forte. Haya, o “revolucionário da ordem”, segundo o principal estudioso dele no Brasil, Oliveiros Ferreira, muitas vezes agiu de encontro com seu pensamento nacionalista e pequeno burguês, contribuindo com um projeto que deixava de lado, no Peru, a luta em favor da mudança do bloco no poder.

Com o surgimento de vários movimentos heterogêneos no subcontinente, que recuperam a perspectiva indigenista como vertente de luta e reabrem a discussão sobre as diferentes formas de organização política, trazemos novamente ao debate estes dois teóricos peruanos para nos colocar diante dos problemas enfrentados hoje em dia quando se determina os rumos das mudanças encaradas por governos pós-neoliberais, a exemplo do nosso objeto de estudo. Depois deles, porém, outros nomes surgiram reclamando-se inclusive marxistas, mas que contribuíram somente com a difusão teórica do etnocentrismo indígena e da exaltação da raça como meio de dominação, inclusive na Bolívia contemporânea. Fausto Reynaga e Félix Patzi nos oferecem vários argumentos para problematizar a superação do marxismo como um grave erro teórico e político para desenvolver-se uma contra-hegemonia no subcontinente.

Visão indígena ou novo desenvolvimentismo?

Javo Ferreira (2010b) nos propõe um inédito e acertado debate para localizar as perspectivas e ambivalências do marxismo e indigenismo perante o surgimento de governos “pós-neoliberais”, de orientação nacionalista com elementos antiimperialista, mas que, notadamente, defendem uma visão essencialista latino-americana, tratando particularmente do caso boliviano. É uma discussão teórica que recobra sua importância nos últimos anos com o surgimento de uma corrente indigenista no subcontinente – especialmente nos países do México e Bolívia – que através de elementos heterogêneos de tal corrente de pensamento político, buscam transcender o marxismo, apesar de incorporar elementos deste.

Assim como Ferreira, apresentaremos ao debate o país andino e o governo encabeçado por Evo Morales, visto que estamos frente a uma nova situação política na Bolívia, diante de uma mudança onde pela primeira vez na história do país um representante do povo indígena assume a presidência da república, num contexto eleitoral que enfrentou os limites de uma democracia ainda sobre moldes liberais, mas que obteve apoio de um conjunto heterogêneo dos movimentos sociais. Esta situação política gera novas problematizações para o marxismo e para as ciências sociais, onde o índio assume o papel protagonista na nova delineação do Estado, de acordo com o governo masista⁴, equivalendo a outros momentos da história boliviana onde o nacionalismo se fez presente como força política.

No período pós-revolução de 52⁵, em meados da década de 60 e quando o MNR já não representava um partido popular, várias correntes de pensamento tentaram dar rumos a revolução, apresentando novas estratégias políticas, apesar do já fadado fracasso. De acordo com Ferrera (2010a, p. 1), depois da decepção com o MNR, que “entendeu” e resumiu as necessidades dos índios à incorporação ao mercado de trabalho, bem como o frágil momento crítico vivido pelo Partido Operário Revolucionário (POR), rendido à demandas nacionalistas, gerou-se a possibilidade de uma “nascente corrente intelectual de origem aimará ou quéchua (e de setores do campo)” exigir a criação de um Partido índio, um projeto abraçado por Fausto Reynaga, inclusive com muita força teórica. No início da década de 70, Reynaga lança sua mais importante obra, que retrata a exploração indígena desde os tempos da colonização, *La Revolución Índia*. Apesar de toda sua importância teórico-narrativa, caía na falácia de negar a luta de classes e exaltar as questões culturais, apontando o índio como o sujeito da revolução, uma revolução

⁴ Faz referência ao partido no poder, Movimento ao Socialismo – MAS.

⁵ Neste dado ano Víctor Paz Estenssoro assumiu a presidência com o apoio da grande massa. Na ocasião, apesar de vitorioso nas eleições de 1951, Estenssoro – do partido nacionalista MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) – foi impedido de assumir o poder, visto que o então presidente Urriolagoitía realizara um auto-golpe em contrapartida a decisão tomada pelas bases do partido de Estenssoro de não agir de acordo com os interesses do capital estrangeiro. Significativas alterações ocorreram depois do levante popular que não admitiu o golpe, muito embora logo depois de vitória, o próprio Estenssoro passou a adotar medidas pró-neoliberalismo. Em relação às mudanças, podemos citar a oficialização do voto universal, a inserção de indígenas na vida econômica e política da sociedade, e também a criação de diversos órgãos de grande importância para o cenário político do país até hoje. Dentre esses últimos têm-se a COB (Central Operária Boliviana), um sindicato classista de trabalhadores, os Comitês Cívicos, que expressam as demandas de cada departamento e a FEJUVE, uma desenvolvida, dinâmica e democrática organização urbana da Bolívia muito ativa ao liderar derrubadas de anteriores presidentes (Cf.: JUSTO, 2007).

“adequada” ao contexto histórico e geopolítico, que, por conseguinte, superaria tanto o nacionalismo como o próprio marxismo. O autor potosino deixou um grande legado e foi em grande parte inspirador de variadas vertentes do indianismo no país e no subcontinente, muitas delas erroneamente assimiladas ao peruano Mariátegui. Dentre outros termos reducionistas, afirma, neste ensaio, que existem duas Bolívias, uma mestiça e outra dos índios associadas costumeiramente aos servidores das grandes cidades e aos camponeses, respectivamente. A defesa da pátria, com a união das raças divididas do país será o objetivo do autor para que se consolide a aclamada “revolução índia”, um projeto que advém de um radicalismo que desqualifica suas afirmações, lhe caracteriza acertadamente:

“[...] como un ‘aventurero político’ que pasó de las filas del estalinismo del PIR a las del nacionalismo del MNR para terminar buscando a fines de los ’70 a los militares como el sujeto capaz de llevar adelante esta revolución India que pregonaba.”

(FERREIRA, *ibid.*, p. 98)

Em outro momento histórico, já sob a década de 80, Reynaga lança outro conceito fundamental para o desenvolvimento do culto ao misticismo e ao culturalismo, o etnocentrismo indígena. Nesta fase teórica, ressalta o essencialismo da região andina e a necessidade de restaurar o “comunitarismo incaico”, tido por ele como superior e contrário a qualquer pensamento teórico de esquerda europeu, como o marxismo ou socialismo. Ao disseminar seu projeto indianista, em qualquer apogeu teórico vivido pelo autor – seja sob o stalinismo ligado ao progresso, ou o nacionalismo de caráter liberal – Fausto Reynaga passou em diversas correntes, sem apresentar uma ideologia teórica clara. O seu trabalho descritivo demonstra a justa indignação com as atrocidades sofridas pelos povos originários, contudo, perde importância na formação teórica por conter uma imensa lacuna sobre os fatos históricos e as especificidades de expansão capitalista na América Latina, fundamental para entender nossa condição de subdesenvolvimento. Torna-se incapaz, devido à falta de métodos, de explicitar uma estratégia política de luta que realmente busque a libertação indígena, superando a realidade capitalista sem cair em espontaneísmos que romantizam o sistema e sem agir em função de interesses oportunistas das frações de classes, compostas muitas vezes por indígenas, como se pode ver contemporaneamente sob o governo do MAS. Reynaga não entende o que propõe o

marxismo, que, conforme afirmava Gramsci, não é a união nem o melhor de todas as correntes. É uma perspectiva teórica crítica à sociedade burguesa, que não propõe saída dentro de um sistema onde haja a exploração do homem pelo homem de maneira ampliada, seja ele índio ou não. O imediatismo não cabe em uma revolução latino-americana, que não existe quando se mantém as bases materiais de exploração. A revolução socialista necessária ao subcontinente deve incluir objetivos agrários e antiimperialistas, impedindo a manutenção da propriedade privada por uma classe. Gruppi (1978), utilizando-se do intelectual italiano, destaca a importância de um “sujeito⁶ ativo” para a revolução, construído ao longo da história, visto que a construção de uma hegemonia contrária à vigente, a hegemonia do proletariado, passa por um processo de estreita ligação entre teoria e prática, conforme também Lênin indicava. Por isso a revolução não pode acontecer sob o chamado “marxismo índio” (o próprio indianismo, segundo Reynaga) que “*prefieren defender el actual Estado Burgués semicolonial, garantia de su posición de clase, antes que apoyar las luchas de sus hermanos de ‘sangre’*” (FERREIRA, 2010b, p. 113).

No debate atual, dentro das fileiras do MAS, encontramos uma outra face do indianismo com Félix Patzi, que participou de várias organizações governamentais, mas que também atuou no âmbito governamental durante o primeiro mandato de Evo Morales. Professor de sociologia e Ex-Ministro de Cultura e Educação, realizou um conjunto de trabalhos teóricos onde apresenta o sistema comunal como alternativa ao liberalismo. Ferreira (ibid.) apresenta-nos inicialmente os limites de sua proposta comunal, que, de forma simplificada, questiona juntamente o sistema liberal e o marxismo. Patzi se faz presente como ex-político, docente e teórico e em suas obras recentes⁷, apesar de afirmar que seus escritos seguem uma aplicação marxista (Cf.: SVAMPA, FORNILLO, STEFANONI, 2010a), propõe alternativas tanto eurocentrismo liberalista como ao marxismo, considerado por ele como igualmente eurocêntrico. Em sua mais debatida publicação, *Sistema comunal una propuesta alternativa al sistema liberal*, de 2004, o ex-ministro parece estar de acordo com as idéias do vice presidente do

⁶ A categoria sujeito, para Gramsci, é construída no coletivo, na práxis.

⁷ Suas obras mais difundidas são, de acordo com Svampa, (et. al 2010a, p. 145): *Economía comunera y a explotación capitalista* (1996); *Insurgencia y sumisión* (1999), *Etnofagia Estatal. Modernas formas de violencia simbólica. Análisis de la Reforma Educativa en Bolivia* (2000); *Sistema comunal una propuesta alternativa al sistema liberal* (2004); y *Sistema comunal e identidades culturales contemporáneas. Un estudio de caso de los Santiago llallagueños que viven en el campo y en la ciudad de La Paz* (2009).

país, García Linera⁸, quando faz referência à necessidade de uma nova sociedade comunitária, que já aconteceu na Bolívia e que está enraizada em suas “entranhas indígenas” (Cf.: FERREIRA, 2010b; LINERA, 2006). Problematiza a necessidade de criação do novo homem para resgatar a sociedade comunitária, mas aponta a igualdade de oportunidades (característica de pensamento liberal) como uma necessidade. Apresenta uma visão stalinista e reducionista do marxismo ao negar a necessidade da luta de classes para compreender o problema indígena, coincidindo com Reynaga, apesar de criticar correntes difundidas na Bolívia e em outros países que exaltam o aspecto cultural.

Para chegar até sua proposta comunal, que segundo o autor, delega importância à modificação do modo de produção para superar os problemas sociais do país, Patzi se utiliza fundamentalmente do conceito de colonialidade no poder, e propõe explicações teóricas conflitantes para chegar ao ponto de convergência com o governo masista, a busca pela revolução descolonizadora. Ao se referir à nova constituição, como um resgate da institucionalidade indígena, Félix Patzi está de acordo com o governo evista, afirma que a nova carta magna vai de encontro à hegemonia de todas as constituições vigentes no mundo, ao tratar de pluralismo e multiculturalismo como sistema de organização da sociedade. Podemos enxergar, contudo, várias semelhanças do discurso de Patzi com o de García Linera, visto que os dois tratam de situações políticas e não preocupam-se em resolver a ausência de debate acadêmico no governo e, por conseguinte, de estratégia política de longo prazo. Abraçam, mais uma vez, projetos políticos essencialmente reformistas, caindo mais uma vez no etapismo, na necessidade de desenvolvimento seguindo etapas evolutivas típicas da sociedade européia, colaborando para o que eles mais dizem criticar, a construção de um novo regime semi-colonial. Quijano (*apud* FERREIRA, 2010b, p. 76) expõe o conceito de colonialidade no poder, que naturalizada na ideia de raça como instrumento de dominação, e demonstra os limites de construção de um Estado-nação que sempre estão aliados à setores pequeno burgueses – como se faz hoje no governo Morales e a elite paceña. É um conceito fundamental para entender como um projeto nacionalista, mesmo que com elementos antiimperialista, mas que não modifique as bases materiais de opressão, finda-se em um

⁸ Segundo Félix Patzi, Linera foi responsável por seu recrutamento da carreira docente para a carreira política.

projeto personalista, que encontre a reestruturação do sistema capitalista aos moldes específicos de exploração no subcontinente.

Completando seu projeto claramente burguês e demagógico, o ex ministro expõe o conceito – segundo ele “universalizável” por existir de forma subalternizada em todo o mundo – de sistema comunal (Cf.: FERREIRA, 2010b, P. 85). Propondo uma terceira via de desenvolvimento à realidade boliviana, a partir da coexistência dos três tipos de economia no país, a capitalista, a socialista e a comunitária, esse sistema está pautado em pilares básicos, que combinem interesses coletivos com os individuais assim como faziam todas as sociedades indígenas por desconhcerem a propriedade privada. No entanto, Patzi não nos apresenta um método para se adotar novamente o sistema comunal, bem como os sujeitos que possam realizá-lo. As idéias de substituição de democracia representativa por comunal, da implantação de empresas comunales, nos faz lembrar o projeto da nova hegemonia apoiado na produção do consenso, que busca conformar e educar a sociedade à sua subalternização. As lutas ganharam destaque individualista proposto pela sociedade pós-moderna, com ênfase na “diferenciação” fazendo com que se recuse um *conhecimento totalizante*, que daria sentido a uma luta de classes efetiva, crítica ao estilo burguês de sociedade, que se faz presente no cotidiano. Assim, nega a Marx para se reclamar marxista, uma face de (re)organização da hegemonia burguesa, que fragmenta a luta e restringe os ganhos populares a situações políticas particulares. Seu modelo nacional produtivo “revolucionário” resume-se em tornar as sociedades comunitárias competitivas no mercado.

O que pretende o “socialismo comunitário”?

Desde a sua primeira eleição – depois de um período de cinco anos particularmente conturbado na Bolívia, o governo masista⁹ enfrenta críticas não só pela direita tradicional senão também pelas “esquerdas”. No início do primeiro governo, falava-se em um verdadeiro “capitalismo andino”, que sem fugir da sua epistemologia, buscava alianças com os setores médios, uma estratégia que definiria o destino desse governo (Cf. GARCÍA LINERA: 2006). Linera divulga a idéia de que não existem sujeitos políticos que possam passar do indigenismo ao socialismo sem também

⁹ Referência ao MAS, Movimento ao Socialismo, partido de Evo Morales.

atravessar o capitalismo. Morales, com influência do zapatismo, diz seguir a premissa de mandar obedecendo e não cansa de repetir a frase “*Ahora somos todos presidentes*”. O Movimento ao Socialismo (MAS), partido de Morales, ideologicamente representa o despertar dos setores subalternos da sociedade boliviana em direção a um novo nacionalismo revolucionário e a um novo sindicalismo autônomo da Central Operária Boliviana (COB) impulsionado pelos *cocaleros*, incluindo elementos antiimperialistas. Morales junto a este intelectual e vice-presidente¹⁰ do país, está realizando uma revolução descolonizadora das estruturas de poder, uma revolução cultural, política e democrática, mas não social. Linera realiza uma análise que permite compreender a estratégia política do evismo, uma estratégia de poder fundada nos movimentos sociais, tomando os marxismos existentes, mas subordinando-os ao indigenismo, ressaltando questões étnico-raciais em detrimento da luta de classes (STEFANONI, 2006; ORELLANA AILLÓN, 2006). Ainda de acordo com o último autor, as teses sobre um capitalismo andino-amazônico poderiam ser interpretadas como uma nova significação da antiga narrativa burguesa que promovia a transformação do pequeno produtor em capitalista, agindo em função da aliança de classes.

Nas palavras do próprio García Linera (STEFANONI, RAMIREZ, SVAMPA, 2008, p. 74-75), o capitalismo andino “é um conceito teoricamente honesto e compreensivo” do que é possível realizar na Bolívia durante seu governo, sem cair no idealismo. Ressalta, ainda, que nunca prometeram construir o socialismo sob o MAS (apesar de sua epistemologia apolítica), porém, visualizam um horizonte onde ele possa ser construído, daqui há 20 ou 30 anos, a partir de um “movimento real da sociedade”. Deixa claro, ainda, que a Bolívia está passando por uma fase decisiva em sua história política, mas que está pautado no marco do capitalismo mundial, realizando uma combinação de processos:

[...] A esa particularidad del capitalismo local que combina procesos de subsunción formal y subsunción real lo hemos llamado capitalismo andino-amazónico. [...] No es que se alo que uno quiere, nuestro objetivo, lo que decimos ES que las posibilidades de transformación y emancipación de la sociedad boliviana apunta a esto.

(STEFANONI, RAMIREZ, SVAMPA, *ibid.*, p. 75)

¹⁰ Intelectual e ex-guerrilheiro boliviano, foi responsável por trazer o apoio de setores da classe média e de alguns intelectuais para as eleições de 2005.

No entanto, quando se refere à necessidade de construir um capitalismo andino, não expõe sobre quais frações de classes deveria realizar-se. De acordo com Souza Santos, preocupa-se com a governabilidade e não em explicar se estamos frente à formação de um novo bloco no poder, tão pouco apresenta uma estratégia política que realmente se diferencia dos governos anteriores.

Sem problematizar, a idéia de construção de um capitalismo andino foi trocada rapidamente pela de um socialismo comunitário. Assim como a primeira proposta de governo lançada por García Linera, trata-se de um tema bastante controverso, que surgiu logo depois do vice ser cobrado (inclusive por Morales) a retirar de seus discursos o nome “capitalismo”, que, sabemos, em qualquer marco não carrega boas referências a um governo que diz instalar uma revolução descolonizadora. Mas, de fato o que Linera quer dizer quando fala em um “socialismo comunitário” para a Bolívia? Em vários ensaios (Cf: FORNILLO e PUENTE, 2010; LINERA; 2010), o vice presidente demonstra que o socialismo comunitário é uma meta a ser alcançada, que não está posta, mas sendo construída num longo período onde os movimentos sociais são protagonistas. Afirma, ainda, que a Bolívia tem passado desde 2001 por um período de transição estatal, que consiste em três etapas (LINERA *apud* FORNILLO e PUENTE, 2010, p. 48-49). Na primeira, obteve-se o ganho da nacionalização e recuperação dos recursos naturais pelo Estado, que seria, então, a mola propulsora do desenvolvimento nacional, formando assim um projeto alternativo de poder. No segundo momento, falou do debatido “empate catastrófico”, onde ainda existiriam dois tipos de poderes, o que não estava totalmente instalado, encabeçado por ele e por Evo Morales, e a velha estrutura neoliberal, em baixa, mas não totalmente derrotada. No último momento, em meados de 2009, houve um “ponto de bifurcação” que definiu as correlações de forças que inaugurava o novo destino do Estado da Bolívia, com a reeleição de Morales com a maioria absoluta dos votos, consagrando uma “rebelião” popular vivida no país desde o ano 2000.

Com esse discurso, Linera trouxe a substituição de vários outros termos que, de fato, encobriam o caráter de reformas trazidas pelo governo masista, quando subordinação passou a dar lugar à soberania, onde o Estado colonial passou a denominar-se plurinacional e, finalmente, o patrimonialismo deu lugar ao Estado Moderno, cada vez mais estável política e economicamente. Inaugurar um período de estabilidade seria,

então, mais favorável do que o momento de luta e consciência popular vividos, particularmente no período anterior à eleição evista? Qual a relação, hoje, do governo com os movimentos sociais, que foram responsáveis por sua eleição? Linera (*apud* FORNILLO, p. 49) ratifica que formou-se um novo “bloco no poder”¹¹ mas “*falta un nuevo bloque de decisiones, de configuracion institucional de los tres ambitos de poder estatal. Y aparte existen otros ambitos donde debe definirse el poder*”. Camacho agrega ao debate que:

“Este discurso, en apariencia mas “radical”, podria dar la impresion de que, en su segundo mandato, el gobierno del MAS estuviera “girando a la izquierda”... En el fondo, es simplemente una forma de vender mas ilusiones de que algo cambiara en el marco del raquitico capitalismo boliviano. Diz ainda Esta perspectiva, sumada a las autonomias de diferentes signos, y la supuesta “soberania economica” (como dice Linera) le darian el camino libre para que se produzca -por generacion espontanea- el “socialismo comunitario” sin lucha por la revolucion socialista.”

(CAMACHO, *ibid.* p. 54)

O período de transição e consolidação do socialismo comunitário está, desta forma, consolidando o capitalismo de Estado nacionalista e reformador trazido por Mesa com a agenda de outubro, que não foi cumprida de forma integral. As Forças Armadas junto ao governo masista tem garantido a unidade nacional do país, que, apesar dos altos índices de aprovação obtidos por Morales, já enfrentou greves e paralisação nas ruas, a exemplo de que aconteceu no “gazolinazo”¹² de dezembro passado. Para o vice-presidente, “*nuestro horizonte estatal es un horizonte socialista*”, um longo caminho onde “*los bolivianos debemos generar riqueza, participar en su distribucion y toma de decisiones*” e finalizar este caminho de mudanças etapistas seria chegar ao socialismo

¹¹ Partimos do pressuposto poulantziano de que a burguesia não é uma classe homogênea, que tem divisões estáveis que serão denominados frações e que o bloco no poder é a articulação das frações de classes dominantes sob a hegemonia de uma destas.

¹² Aumento em cima do preço do petróleo, que culminou na elevação não só dos combustíveis (73% na gasolina, por exemplo), mas também a alteração de toda a economia do país. Tal medida fez com as classes populares se agitassem e pela primeira vez, em cinco anos de mandato, se falasse na renúncia de Morales, apesar de reeleito há menos de dois anos com a maioria absoluta de 64% dos votos. Ferir a constituição e todos os ganhos com a nacionalização dos hidrocarbonetos conseguida em 2006 pareceu desafiar e afrontar as classes populares, que iniciaram o ano de 2011 novamente com protestos nas ruas bolivianas.

comunitário, uma vitória ainda não garantida. Em nenhum momento Linera fala na superação do Estado, que é em sua essência, burguês por ser um produto histórico da separação em classes da sociedade. Perguntamos, então, como se pode chegar ao socialismo, superando-se a divisão social própria do capitalismo sem quebrar o aparelho do Estado? Desta forma, não há como enxergar na Bolívia outro poder que não o do capital, como uma relação social, na forma de concentração de valor e força de trabalho, onde os trabalhadores são convencidos que “mandam” na política e no Estado. Desde o primeiro mandato, Evo Morales não propõe mudanças claras que tendem ao socialismo, dissimula, contudo, reformas, como a Nova Constituição inaugurada em 2009, como forma de mediar e apaziguar as lutas sociais do último quinquênio?

Boaventura de Souza Santos destaca o moderado das nacionalizações que não incluem expropriações, pois garantem a segurança e continuidade jurídica, pilar de toda democracia (De Souza Santos: 2006). Enquanto que para Pablo Stefanoni, a Bolívia encontra-se frente a um novo ciclo nacionalista, em uma encruzilhada histórica com o nacionalismo militar das décadas de 30 e 40, com a revolução nacional de 1952 e de um breve ciclo de nacionalismo operário-militar na década de 70. A “encenação” das nacionalizações mediante a ocupação militar dos poços de gás teria como objetivo articular o novo nacionalismo indígena com o velho nacionalismo militar, propondo um novo pacto camponês-militar, procurando sua articulação em um governo indígena popular que pretende incorporar as Forças Armadas ao processo (STEFANONI, 2006). Para Orellana Aillón, estas nacionalizações são muito mais moderadas que as realizadas décadas atrás pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e as teses sobre um capitalismo andino-amazônico poderiam ser interpretadas como uma nova significação da antiga narrativa burguesa que promovia a transformação do pequeno produtor em capitalista, incluindo nesta versão, a industrialização do país e o fomento governamental à formação dessa nova burguesia andino-amazônica (Cf.: ORELLANA AILLÓN, 2006). Entre as diversas leituras sobre as nacionalizações destacamos que a articulação exposta por Stefanoni entre nacionalismo-indígena e nacionalismo-militar é essencial para entender a idéia de frente de um novo bloco no poder boliviano. A formulação de Orellana Aillón permite pensar em uma burguesia de Estado que desde o terreno político tenta formar uma nova burguesia no terreno econômico. O “capitalismo andino”, buscava

alianças com os setores médios, uma estratégia que definiria o destino desse governo (GARCIA LINERA, 2006).

Lembremos que a Bolívia é um país com um baixo desenvolvimento capitalista e uma riqueza baseada nos recursos naturais – petróleo e gás – e assim, nos perguntamos se estamos assistindo a uma tentativa de formação de uma nova fração dominante do bloco no poder, que denominaremos, na ausência de um conceito mais adequado, burguesia de Estado. Existe uma nova fração da burguesia que podemos denominar *paceña*, em referencia a cidade de La Paz e com contradições com a grande burguesia de Santa Cruz? Observamos um processo de nacionalizações? Em que limites? Existe um “empoderamento” do Estado com o objetivo de obter um novo modelo produtivo, enquanto é promovida a “cidadanização” das massas populares? Este trabalho pretende apresentar estes questionamentos como relevantes, não sendo suficiente para responder estas questões que mereceriam um trabalho de maior alento.

Conclusões prévias: como os autores dialogam na caracterização boliviana

O governo de Evo Morales já tem seu lugar na história política boliviana por quebrar um momento de instabilidade vivido no país há mais de dez anos, onde vários presidentes assumiram o poder sem ter atingido a maioria absoluta dos votos, assim como, entre golpes e deposições, não permaneceram até o fim de seus mandatos. O momento histórico que propiciou sua ascensão foi marcado pela emergência e atuação dos movimentos contestatórios de luta, que fizeram parte da base de apoio principalmente na primeira eleição do MAS-Morales. Além desse aspecto, é um governo que diz romper com as estruturas de poder vigentes, que se auto-denomina descolonizador, revolucionário. Quanto ao caráter das revoluções na América Latina, temos, no início do século XXI, vários governos emergem novamente com um caráter nacionalista, revestido do discurso contra-hegemônico e confundindo categorias que não são sinônimos, como socialismo e antiimperialismo. São debates que já permeiam o universo marxista latino-americano justamente pela particularidade de difusão do pensamento de Marx no subcontinente, associado erroneamente às práticas estalinistas, etapista, nacionalistas e personalistas, para elencar o que de melhor existe nesta doutrina.

Ao propor um programa político revolucionário, Haya de La torre, contrariamente ao pensamento de Mariátegui, referiu-se à superação do marxismo. Mariátegui, por sua vez, procurou incorporar o índio e o camponês na luta política, fazendo coincidir seus interesses como classe. Daí reside a tamanha importância do último pensador peruano, que nos deixou um grande legado de única referência até os dias de hoje, a função determinada para o índio dentro do processo revolucionário. Para Mariátegui, o marxismo servirá de base para a interpretação e reformulação da questão indígena, entendido como classe, dentro do processo de luta.

Mesmo os autores que falavam da “revolução índia”, e que o enxergavam como sujeito, não apresentavam completamente as estratégias de luta revolucionária, escasseando a clareza quanto ao método, já que se separavam tanto das correntes teóricas marxistas quanto das nacionalistas. Fausto Reynaga se faz como maior exemplo teórico na Bolívia. Em contrapartida, Félix Patzi, que diz superar o citado autor potosino por não exaltar a mística nem o aspecto estritamente cultural dessa corrente teórica, cai no mesmo equívoco, de não apresentar nem sujeito, nem métodos para realizar sua chamada proposta comunal como sistema universalizável, bem parecida com o socialismo comunitário de García Linera. Para Linera, o socialismo comunitário é uma herança cultural boliviana, que praticamente não precisaria ser construído, apenas resgatado. Também embarra no problema exposto por Ferreira (2010), por questionar não só o sistema liberal, mas, também, o marxismo, caracterizando uma visão reducionista que nega a necessidade da luta de classes para compreender o problema indígena. O atual vice boliviano coloca, ainda, que é necessário passar por um largo e realista período para se chegar ao socialismo, uma mudança que para ele já está em andamento desde a eleição de Morales e da promulgação da nova constituição do país. O socialismo comunitário estaria pautado nesta “capacidade associativa comunitária”, derivada da luta e do ancestralismo indígena. Contudo, para os críticos, não passa de um discurso simbolista como tantos outros encarados por Morales-Linera-MAS para disfarçar o caráter capitalista do governo. Criticamos a ilusão desenvolvimentista e os impasses do processo que acaba por entender-se plurinacional, porém, burguês (Cf. FORNILO, STEFANONI, SVAMPA: 2010). Ainda não se define sob quais frações de classe o socialismo comunitário deve realizar-se. Aillón (ibdem) trabalha, junto com outros setores de esquerda, com a possibilidade de que o MAS resgate sua autonomia política e “pressiona

as direções pró-governamentais a realizarem reformas cada vez mais profundas”, a exemplo de expropriações.

O caráter reformista das mudanças encaradas por Morales mais se assemelham ao capitalismo de Estado que inspirou Haya de la Torre principalmente depois que o APRA se tornou um partido. Com essa estabilidade criada em nome da revolução evista, promove-se o apaziguamento da população que estava vivendo um auge de consciência popular considerável até as últimas eleições presidenciais. O que parece acontecer na Bolívia é uma descentralização do poder do Estado, e não a transformação desse em plurinacional, já que plurinacionalidade, nas palavras de Linera significaria a igualdade de direitos dos povos e de culturas. A repartição do poder que existe hoje está em função da preservação do Estado Nacional, muitas vezes cooptando as massas de trabalhadores para que sirvam e seus interesses através de direções que não lhes representam, demonstrando a necessidade construção de um partido revolucionário, que seja composto pela classe trabalhadora, como forma de conter a ligação com uma incipiente classe burguesa e defender a independência de classe.

Assim posto, podemos problematizar se estaria Evo Morales freando um processo de mudanças iniciado por ele mesmo. Entendemos que o capitalismo é profundamente produtor de contradições, e, espelhando-nos em Marx, não pretendemos prever o que acontecerá na trajetória das incipientes revoluções, neste caso, na política boliviana, atualmente encabeçada por Morales. De acordo com Stefanoni (et. al, 2010, p. 120), a (re) indianização na Bolívia, como processo de incorporação do índio à nação boliviana vem repetindo a lógica nacionalista que permeou o universo do MNR e do movimento operário pós-revolução de 52, e agora estariam se convertendo em uma *“identidad popular cohesionadora de los sectores sociales enfrentados a los efectos de las políticas de libre mercado”*.

Finalizamos concordando com Mariátegui (*apud* ESCORSIM, 2006), quando o intelectual e militante peruano afirma que uma grande iniciativa histórica, como uma missão do proletariado, só é possível se, mediante um “largo e árduo trabalho educativo de suas vanguardas”, forem superados os elementos dissolventes e ultrapassadas as reivindicações imediatas. Ao colocar a constituição da consciência de classe como um problema central, e não somente o imediatismo e o individualismo típicos do pós-modernismo se recuperaria o sentido realista da história e o entendimento do processo

pelo qual chagamos a existência dos antagonismos de classe. Até porque, “o proletariado, assim como a burguesia, tem também seus elementos dissolventes, corrosivos, que inconscientemente trabalham pela dissolução da sua própria classe” (MARIÁTEGUI, *apud* Escorsim, 2006: p. 245). Ainda de acordo com o fundador da Revista Amauta podemos concluir que a indignação sozinha não faz revolução, não bastando o desejo por melhorias ou o anseio de bem estar, é preciso haver “vontade heróica de criação e de realização”.

Referências:

DE SOUZA SANTOS, B. **Evo Morales e a democracia.** Revista OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 33-35. Recuperado de: <<http://www.hechohistorico.com.ar/Trabajos/Osal/osal/osal19/org/santos.pdf>>, 2006.

ESCORSIM, Leila. **Mariátegui.** Vida e obra. São Paulo: Expressão popular, 2006.

FERRERA, Javo. **Fausto Reynaga y el fracaso del “etnocentrismo indígena”.** Recuperado de: <http://www.lorci.org/article.php?id_article=610>, 2010.

_____. **Comunidad, indigenismo y marxismo.** Un debate sobre la cuestión agrária y nacional-indígena em los Andes. El Alto: Ediciones Palabra Obrera, 2010.

FERREIRA, Oliveiros S. **Nossa America: Indo America.** A ordem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1971.

FORNILLO, Bruno; PUENTE, Florencia. **Dossier Bolivia.** Buenos Aires: Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe. Recuperado de <<http://iealc sociales.uba.ar/files/2011/06/04-dossierbolivia.pdf>>, 2010.

GARCIA LINERA, Álvaro. **El evismo: lo nacional-popular en acción.** Revista OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 25-32. Recuperado de: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/linera.pdf>>, 2006.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** São Paulo: Graal, 1978.

JUSTO, Liborio. **Bolivia, la revolución derrotada: del Tahuantisuyu a la insurrección de abril de 1952 y las masacres de mayo y setiembre de 1965: raíz, porceso y autopsia de la primera revolución proletaria en América Latina.** 3ª ed. p. 237- 404. Buenos Aires: RyR, 2007.

LINERA, Álvaro G. **El socialismo comunitário** Un aporte de Bolivia al mundo. Recuperado de: <http://issuu.com/embajadadebolivia/docs/revista_analisis_5>. Programa “El Pueblo es Noticia” Canal 7 - Red Patria Nueva, La Paz – Bolivia, 2010.

LÖWY, Michel. **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**: ensaios escolhidos. p. 109-218. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Recuperado de: <<http://ekeko2.rcp.net.pe/7ENSAYOS/ENSAYOS/Indice.htm>>, 1928.

ORELLANA AILLÓN, L. **Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales**. In: OSAL (Buenos Aires: CLACSO) Año VI, N° 19, julio. Recuperado de: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/aillon.pdf>>, 2006.

STEFANONI, P. **El nacionalismo indígena em el poder**. Revista OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 37-44. Recuperado de: <<http://www.hechohistorico.com.ar/Trabajos/Osal/osal/osal19/org/stefanoni.pdf>>, 2006.

STEFANONI, P.; RAMIREZ, F.; SVAMPA, M. **Biografía política e intelectual** Álvaro García Linera. La Paz: Le Monde Diplomatique Edición Boliviana. 2008.

SVAMPA, Maristela; STEFANONI, Pablo; FORNILO, Bruno. Félix Patzi: Sistema comunal y lógica del capital. In: **Balance y perspectivas** Intelectuales en el primer gobierno de Evo Morales. La Paz: Le Monde Diplomatique Edición Boliviana. 2010.

_____. **Debatir Bolivia**: Perspectivas de um proyecto de descolonización. Buenos Aires: Taurus, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A vitória de Humala no Peru**: derrota da América. Recuperado de: <<http://www.esquerda.net/opiniaio/vit%C3%B3ria-de-humala-no-peru-derrota-da-am%C3%A9rica>>, 2011.